



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE ENSINO E CULTURA**

Concurso Interno
Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar
do Estado de São Paulo – (CHQAOPM/2016)

001. PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E PROFISSIONAIS

Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 90 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas e 30 minutos do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas, podendo levar este caderno e o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

PCI Concursos

MATEMÁTICA

01. No auditório de uma empresa, há um total de 360 acentos, e, no início de uma palestra, as pessoas presentes ocupavam $\frac{4}{5}$ do número total desses acentos. Após alguns minutos do início da palestra, chegaram mais algumas pessoas, e, dessa forma, $\frac{5}{6}$ do número total de acentos ficaram ocupados. O número de pessoas que chegaram após o início da palestra foi
- (A) 8.
(B) 10.
(C) 12.
(D) 14.
(E) 16.
02. Considerando-se o número total de participantes de um congresso, constatou-se que 40% eram mulheres, sendo 15% delas estrangeiras, e que, entre os homens, 360 eram estrangeiros. Se o número total de estrangeiros nesse congresso, entre homens e mulheres, corresponde a 30% do número total de participantes, então o número total de participantes desse congresso é
- (A) 2000.
(B) 1800.
(C) 1650.
(D) 1500.
(E) 1350.
03. Em uma gráfica, cinco máquinas, todas com a mesma capacidade de produção, imprimem juntas um lote de folhetos em 6 horas. O número de horas necessárias para imprimir dois lotes desses folhetos, utilizando apenas três máquinas, é
- (A) 21.
(B) 20.
(C) 19.
(D) 18.
(E) 17.

04. Para uma festa, foram compradas várias garrafas de vinhos, porém de tipos e preços diferentes, conforme mostra a tabela.

Tipos	Quantidade de garrafas	Preço unitário
A	6	R\$ 22,00
B	8	R\$ 19,00
C	12	?
D	4	R\$ 25,00

Considerando-se o número total de garrafas compradas, na média, o preço de uma garrafa saiu por R\$ 20,00. O número máximo de garrafas de vinho do tipo C que poderiam ser compradas com R\$ 300,00 é

- (A) 14.
(B) 15.
(C) 16.
(D) 17.
(E) 18.
05. A sequência de números inteiros $(x - 1)$, y , 5 , z está em ordem crescente. Sabendo-se que a soma de todos eles é 10, que $x + y = -1$ e que $y - z = -5$, o valor de $x \cdot y$ é igual a
- (A) -5 .
(B) -6 .
(C) 1.
(D) 5.
(E) 6.
06. Um capital A, aplicado a juro simples com taxa de 0,9% ao mês, rende o triplo de um capital de R\$ 600,00, também aplicado a juro simples com taxa de 1,2% ao mês, por um tempo que corresponde a $\frac{1}{3}$ do tempo de aplicação do capital A. O valor do capital A é
- (A) R\$ 660,00.
(B) R\$ 700,00.
(C) R\$ 720,00.
(D) R\$ 770,00.
(E) R\$ 800,00.

07. Um terreno retangular ABCD terá 20% de sua área destinada à construção de um galpão BCEF, conforme mostra a figura.

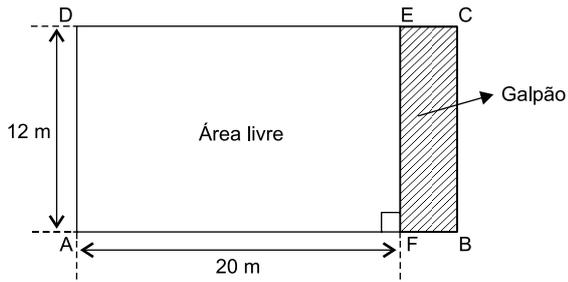


Figura fora de escala

O perímetro do terreno ABCD excede o perímetro do galpão em

- (A) 40 m.
 - (B) 35 m.
 - (C) 30 m.
 - (D) 25 m.
 - (E) 20 m.
08. Um reservatório na forma de um cubo, com 5 m de aresta, conforme mostra a figura 1, está completamente cheio de água. Toda essa água será transferida para outro reservatório que tem a forma de um prisma reto de base quadrada, com 4 m de lado e 10 m de altura, conforme mostra figura 2.

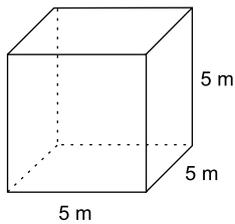


Figura 1

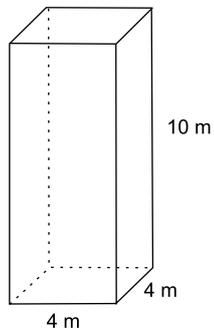


Figura 2

Figuras fora de escala

A altura aproximada, em metros, que a água atingirá no reservatório da figura 2 será de

- (A) 8,7.
- (B) 8,3.
- (C) 7,8.
- (D) 6,7.
- (E) 5,8.

09. Um terreno retangular ABCD, com 15 m de largura e 78 m de perímetro será dividido por uma cerca \overline{BE} , conforme mostra a figura.

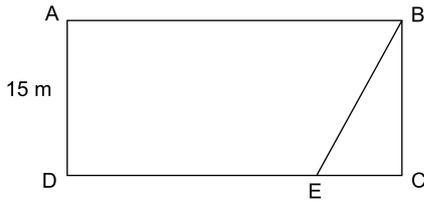
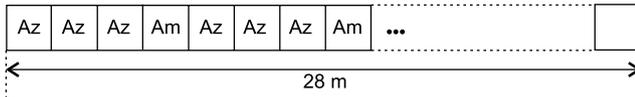


Figura fora de escala

Sabendo-se que $\overline{EC} = \frac{1}{3} \overline{CD}$, o perímetro, em metros, do

triângulo BCE é

- (A) 40.
 - (B) 32.
 - (C) 25.
 - (D) 20.
 - (E) 18.
10. Para organizar o estoque de uma empresa, várias placas quadradas de borracha, cada uma delas com 40 cm de lado, nas cores azul (Az) e amarela (Am), foram coladas horizontalmente, uma ao lado da outra em uma parede com 28 m de comprimento, formando uma linha reta, conforme mostra a figura.



Sabendo que essa sequência de placas foi iniciada com três placas azuis seguidas de uma placa amarela, que esse padrão de cores das quatro primeiras placas se manteve ao longo dos 28 m da parede e que não há espaço entre as placas, é correto afirmar que o número de placas azuis utilizadas foi

- (A) 50.
- (B) 51.
- (C) 52.
- (D) 53.
- (E) 54.

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 14.

A pirataria para o brasileiro é algo tão comum que mal pensamos que este ato, na verdade, é ilegal. Nada como comprar aquele DVD pirata no camelô ou baixar um filminho no *Pirate Bay* para assistir com a namorada no final de semana, não é verdade? Entretanto, você já se indagou alguma vez se poderia ser punido por isso?

Existe uma lenda urbana em nosso país que define como criminoso apenas quem lucra com a pirataria digital. Em outras palavras, a crença que circula de boca em boca é que somente vendedores ambulantes, falsificadores e *sites* que hospedam esse tipo de conteúdo são passíveis de punição jurídica. Entretanto, não é bem assim que funciona.

O STJ já reforçou mais de uma vez que o *download* de obras que possuem direitos autorais configura crime. Mas por que ninguém é preso ou recebe multas? Simples: a aceitação cultural é tão grande que não existe quase nenhum tipo de fiscalização ou punição para a reprodução e distribuição deste tipo de conteúdo.

(Vinicius Munhoz, *Como a pirataria é castigada em outros países do mundo?* Disponível em: www.tecmundo.com.br. 14.07.2015.)

11. A partir da leitura do texto, conclui-se corretamente que o autor

- (A) parte do pressuposto de que o leitor reproduz filmes piratas porque isso ainda não é crime no Brasil.
- (B) dialoga com o leitor como se este considerasse comum assistir a filmes adquiridos por meio da pirataria.
- (C) considera aceitável comercializar filmes piratas, contanto que o lucro da venda seja usado para pagar direitos autorais.
- (D) defende que quem praticar a reprodução ilegal de filmes deve ser preso, como qualquer outro tipo de criminoso.
- (E) julga adequada a maneira como o STJ tem punido exemplarmente aqueles que insistem em assistir a filmes piratas.

12. O trecho do segundo parágrafo – Entretanto, não é bem assim que funciona. –, no contexto em que está inserido, apresenta uma afirmação

- (A) condizente com a crença da maioria dos brasileiros.
- (B) contrária ao que já foi exposto pelo STJ.
- (C) a favor do comportamento de quem compra DVD pirata.
- (D) divergente do que afirma o senso comum.
- (E) desfavorável ao discurso que condena a pirataria.

13. O termo “que” apresenta valor consecutivo na seguinte passagem do texto:

- (A) Existe uma lenda urbana em nosso país **que** define como criminoso apenas quem lucra...
- (B) ... somente vendedores ambulantes, falsificadores e *sites* **que** hospedam esse tipo de conteúdo são passíveis de punição...
- (C) Entretanto, não é bem assim **que** funciona.
- (D) O STJ já reforçou mais de uma vez **que** o *download* de obras...
- (E) ... a aceitação cultural é tão grande **que** não existe quase nenhum tipo de fiscalização ou punição...

14. Uma frase escrita em conformidade com a norma culta e coerente com o que se afirma no trecho do texto – O STJ já reforçou mais de uma vez que o *download* de obras que possuem direitos autorais configura crime. – é:

- (A) Está sendo feito o *download* das obras que tem direitos autorais, embora o STJ tenha esclarecido de que é crime.
- (B) O *download* de obras com direitos autorais constitui crime, conforme expresso reiteradamente pelo STJ.
- (C) Apesar do STJ já ter avisado de que é crime fazer *download* de obras desrespeitando os direitos autorais, isto vêm acontecendo.
- (D) Não é novidade que são criminosos, segundo o STJ, quem se dedica a fazer *download* de obras que dispõe de direitos autorais.
- (E) Tratam-se de crimes praticar o *download* de obras que mantêm direitos autorais, o que já foi denunciado pelo STJ.

Leia a tirinha para responder às questões de números 15 e 16.

palestra sobre os novos tempos



(André Dahmer, *Malvados*. Disponível em: www.folha.uol.com.br)

15. É correto afirmar que o efeito de humor da tirinha está associado ao fato de

- (A) a personagem crer que o mundo continua tão perigoso quanto antes, ainda que mais civilizado com a tecnologia.
- (B) o mundo ter se tornado um lugar perigoso para se viver apenas recentemente, após os avanços promovidos pela tecnologia.
- (C) o progresso promovido pela tecnologia ter reduzido os perigos do mundo, mesmo que este continue violentíssimo.
- (D) a tecnologia ser apresentada como a causa para o mundo ser visto como um lugar onde sempre houve perigo.
- (E) o surgimento da tecnologia aparecer como responsável por tornar o mundo um lugar mais perigoso do que já era antes.

16. Dois vocábulos formados a partir do mesmo processo de derivação pelo qual foi formado o termo **perigosíssimo** são:

- (A) palestra e tecnologia.
- (B) advento e tecnologia.
- (C) perigoso e recentemente.
- (D) palestra e recentemente.
- (E) perigoso e lugar.

Leia o prólogo do livro *O guarani*, de José de Alencar, para responder às questões de números 17 a 19.

Prólogo

Minha prima. – Gostou da minha história, e pede-me um romance; acha que posso fazer alguma coisa neste ramo de literatura.

Engana-se; quando se conta aquilo que nos impressionou profundamente, o coração é que fala; quando se exprime aquilo que outros sentiram ou podem sentir, fala a memória ou a imaginação.

Esta pode errar, pode exagerar-se; o coração é sempre verdadeiro, não diz senão o que sentiu; e o sentimento, qualquer que ele seja, tem a sua beleza.

Assim, não me julgo habilitado a escrever um romance, apesar de já ter feito um com a minha vida.

Entretanto, para satisfazê-la, quero aproveitar as minhas horas de trabalho em copiar e remoçar um velho manuscrito que encontrei em um armário desta casa, quando a comprei.

Estava abandonado e quase todo estragado pela umidade e pelo cupim, esse roedor eterno, que antes do dilúvio já se havia agarrado à arca de Noé, e pôde assim escapar ao cataclisma.

Previno-lhe que encontrará cenas que não são comuns atualmente, não as condene à primeira leitura, antes de ver as outras que as explicam.

Envio-lhe a primeira parte do meu manuscrito, que eu e Carlota temos decifrado nos longos serões das nossas noites de inverno, em que escurece aqui às cinco horas.

Adeus.

Minas, 12 de dezembro.

(José de Alencar, *O guarani*. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br)

17. Considerando-se a obra *O guarani* em seu conjunto, percebe-se que, ao afirmar – quero aproveitar as minhas horas de trabalho em copiar e remoçar um velho manuscrito que encontrei em um armário desta casa, quando a comprei –, o autor

- (A) revela ao leitor que a história que irá apresentar foi escrita enquanto era muito jovem, por isso precisa ser retificada.
- (B) mostra não ser responsável pela apresentação da narrativa, pois se limita a copiar mecanicamente um texto antigo.
- (C) demonstra recusar-se a escrever um romance, por isso limita-se a compilar documentos oficiais, de teor burocrático.
- (D) confessa que a narrativa que vai apresentar é escrita em uma linguagem arcaica, própria de textos religiosos.
- (E) desperta a curiosidade do leitor, atribuindo foros de verdade à história que irá contar, embora seja fictícia.

18. Considerando-se o contexto global de *O guarani*, quando o autor afirma – Previno-lhe que encontrará cenas que não são comuns atualmente –, chama a atenção para o fato de a narrativa
- (A) ser o relato de cenas que ocorreram quando Cabral chegou ao Brasil com sua esquadra, travando um primeiro contato com os nativos.
 - (B) apresentar elementos que remetem a um passado mítico, que não encontra paralelo com o registro histórico de fatos ocorridos no Brasil.
 - (C) ambientar-se no passado recente da história do Brasil, quando a descoberta das Minas Gerais promoveu a povoação do interior do país.
 - (D) tratar de eventos situados no passado, no período colonial, quando índios e brancos viviam lado a lado nas terras brasileiras.
 - (E) retratar o Brasil anterior à chegada dos portugueses, quando índios travaram entre si batalhas violentas pela posse de terras.

Leia o poema de Álvares de Azevedo para responder às questões de números 19 e 20.

O pastor moribundo

Cantiga de viola

A existência dolorida
Cansa em meu peito: eu bem sei
Que morrerei!
Contudo da minha vida
Podia alentar-se a flor
No teu amor!

Do coração nos refolhos
Solta um ai! num teu suspiro
Eu respiro!
Mas fita ao menos teus olhos
Sobre os meus: eu quero-os ver
Para morrer!

Guarda contigo a viola
Onde teus olhos cantei...
E suspirei!
Só a ideia me consola
Que morro como vivi...
Morro por ti!

Se um dia tu'alma pura
Tiver saudades de mim,
Meu serafim!
Talvez notas de ternura —
Inspirem o doido amor
Do trovador!

(Álvares de Azevedo, *Lira dos vinte anos*.)

19. Um traço comum à estética romântica, presente tanto no texto citado de José de Alencar quanto no poema de Álvares de Azevedo, é o
- (A) didatismo.
 - (B) objetivismo.
 - (C) pessimismo.
 - (D) bucolismo.
 - (E) sentimentalismo.
20. É possível estabelecer uma relação intertextual entre esse poema e as cantigas de amor trovadorescas, porque nesses textos se constata
- (A) a representação personificada de elementos da natureza.
 - (B) um eu lírico que diz morrer pela mulher amada.
 - (C) um eu lírico feminino que chora por ter sido abandonado.
 - (D) um pastor que se identifica com a vida simples do campo.
 - (E) a crítica social por meio do uso do discurso irônico.

Leia o trecho de *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queirós, para responder às questões de números 21 a 23.

Bocejando, apertando os cordões das largas pantalonas de seda que lhe escorregavam da cinta, Gonçalo, que durante todo o dia preguiçara, estirado no divan de damasco azul, com uma vaga dor nos rins, atravessou languidamente o quarto para espreitar, no corredor, o antigo relógio de charão. Cinco horas e meia!... Para desanuviar, pensou numa caminhada pela fresca estrada dos Bravais. Depois numa visita (devida já desde a Páscoa!) ao velho Sanches Lucena, eleito novamente deputado, nas Eleições Gerais de abril, pelo círculo de Vila Clara. Mas a jornada à Feitosa, à quinta do Sanches Lucena, demandava uma hora a cavalo, desagradável com aquela teimosa dor nos rins que o filara na véspera à noite, depois do chá, na Assembleia da Vila.

(Eça de Queirós, *A ilustre casa de Ramires*. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br)

21. A partir da leitura do trecho, pode-se perceber que Gonçalo é caracterizado como um
- (A) moribundo, que se mantinha totalmente fechado em sua residência.
 - (B) político, que se ocupa exclusivamente de assuntos públicos.
 - (C) jovem oficial, que tem uma vida social conturbada.
 - (D) trabalhador, que procura se manter ocupado e produtivo.
 - (E) fidalgo, que vive um cotidiano marcado pelo tédio.

22. Apresentando o pensamento da personagem, percebe-se, no texto, a ocorrência do discurso

- (A) indireto livre, presente no segmento – Cinco horas e meia!...
- (B) direto, presente no segmento – Mas a jornada à Feitosa, à quinta do Sanches Lucena, demandava uma hora a cavalo...
- (C) direto, presente no segmento – desagradável com aquela teimosa dor nos rins que o filara na véspera à noite...
- (D) direto, presente no segmento – pensou numa caminhada pela fresca estrada dos Bravais.
- (E) indireto livre, presente no segmento – atravessou languidamente o quarto para espreitar, no corredor, o antigo relógio de charão.

23. Depois numa visita (devida já desde a Páscoa!) ao velho Sanches Lucena, _____ eleito novamente deputado, nas Eleições Gerais de abril, pelo círculo de Vila Clara.

Preservando-se as relações temporais estabelecidas no texto original, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna desse trecho.

- (A) que seria
- (B) que seja
- (C) que será
- (D) que fora
- (E) que fosse

Leia o trecho de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, para responder às questões de números 24 a 26.

Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos. Mas como não tinha roça e apenas se limitava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia da feira, desfazia-se dos animais, não chegava a ferrar um bezerro ou assinar a orelha de um cabrito.

Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa. Consumidos os legumes, roídas as espigas de milho, recorria à gaveta do amo, cedía por preço baixo o produto das sortes. Resmungava, rezingava, numa aflição, tentando espichar os recursos minguados, engasgava-se, engolia em seco. Transigindo com outro, não seria roubado tão descaradamente. Mas receava ser expulso da fazenda. E rendia-se.

(Graciliano Ramos, *Vidas secas*.)

24. É correto afirmar que, no trecho citado, as ações de Fabiano são apresentadas como

- (A) resultantes da falta de hábito em planejar-se pensando no futuro.
- (B) fruto de um acentuado despreparo para lidar com as finanças alheias.
- (C) condicionadas ao fato de ele viver em uma terra que não lhe pertence.
- (D) reflexo da pouca importância que ele atribuía à posse de bens materiais.
- (E) consequentes do comodismo diante da facilidade em se fazer empréstimos.

25. O trecho – Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa. – ilustra que a análise que Fabiano faz de sua condição de marginalizado é orientada

- (A) pelo imediatismo.
- (B) pela ignorância.
- (C) pelo fatalismo.
- (D) pelo otimismo.
- (E) pelo misticismo.

26. Acerca da linguagem empregada em *Vidas secas*, é possível perceber a ocorrência

- (A) de muitas variantes linguísticas, para criar personagens sem uma identidade específica.
- (B) de uma variante popular da língua portuguesa restrita a situações de comicidade.
- (C) do português culto ao longo do texto, sem haver traços de variantes populares.
- (D) de uma variante popular, perceptível na recorrência de erros de concordância.
- (E) da mescla entre o português culto e uma variante popular, típica do nordeste brasileiro.

Leia o parágrafo inicial do conto *As margens da alegria*, de Guimarães Rosa, para responder às questões de números 27 e 28.

Esta é a estória. Ia um menino, com os Tios, passar dias no lugar onde se construía a grande cidade. Era uma viagem inventada no feliz; para ele, produzia-se em caso de sonho. Saíam ainda com o escuro, o ar fino de cheiros desconhecidos. A Mãe e o Pai vinham trazê-lo ao aeroporto. A Tia e o Tio tomavam conta dele, justinamente. Sorria-se, saudava-se, todos se ouviam e falavam. O avião era da Companhia, especial, de quatro lugares. Respondiam-lhe a todas as perguntas, até o piloto conversou com ele. O voo ia ser pouco mais de duas horas. O menino fremia no acorçoo, alegre de se rir para si, confortavelzinho, com um jeito de folha a cair. A vida podia às vezes raiar numa verdade extraordinária. Mesmo o afivelarem-lhe o cinto de segurança virava forte afago, de proteção, e logo novo senso de esperança: ao não-sabido, ao mais. Assim um crescer e desconter-se — certo como o ato de respirar — o de fugir para o espaço em branco. O Menino.

(Guimarães Rosa, *Primeiras estórias*.)

27. Assinale a alternativa que apresenta uma interpretação correta dos recursos expressivos utilizados no texto.

- (A) A recorrência do pronome **se** enfatiza a ideia de reciprocidade em – Sorria-se, saudava-se, todos se ouviam e falavam.
- (B) O uso do termo **estória**, no início do texto, sinaliza que o conto é baseado em fatos presenciados pelo autor e registrados segundo critérios científicos.
- (C) A forma verbal flexionada no pretérito imperfeito do indicativo dá como certo o fato de que a ação não chegou a se realizar em – A Mãe e o Pai vinham trazê-lo ao aeroporto.
- (D) O fato de o piloto conversar com os passageiros é descrito como corriqueiro, o que se explicita pelo uso do termo **até** em – Respondiam-lhe a todas as perguntas, até o piloto conversou com ele.
- (E) O sufixo diminutivo confere ao termo **confortavelzinho** uma conotação pejorativa, evidenciando a precariedade das instalações do avião em que se encontrava o menino.

28. Condizente com o estilo de Guimarães Rosa, percebe-se no trecho

- (A) o desrespeito às regras de regência, como em – ... vinham trazê-lo ao aeroporto.
- (B) o uso excessivo de conectivos lógicos, como **às vezes** e **logo**.
- (C) a preferência por períodos longos, com muitas subordinadas.
- (D) o emprego de neologismos, como **justinamente** e **desconter-se**.
- (E) a linguagem marcadamente formal e a ausência de vocábulos regionais.

Leia o poema de Carlos Drummond de Andrade para responder às questões de números 29 e 30.

Toada do Amor

E o amor sempre nessa toada:
briga perdoa perdoa briga.

Não se deve xingar a vida,
a gente vive, depois esquece.
Só o amor volta para brigar,
para perdoar,
amor cachorro bandido trem.

Mas, se não fosse ele, também
que graça que a vida tinha?

Mariquita, dá cá o pito,
no teu pito está o infinito.

(Carlos Drummond de Andrade, *Alguma poesia*.
In: *Poesia 1930-1962*.)

29. Em harmonia com a estética do modernismo brasileiro, observa-se, no poema, o uso

- (A) da métrica regular e a preferência por rimas internas.
- (B) de um ritmo intenso, que aproxima a poesia da música.
- (C) de uma linguagem coloquial e a irreverência ao tratar do amor.
- (D) de metáforas obscuras, distanciando a poesia da linguagem cotidiana.
- (E) da pergunta retórica, revelando um discurso marcadamente intimista.

30. A respeito da construção de sentido do poema, é correto afirmar que

- (A) a expressão **a gente**, no quarto verso, evidencia uma generalização sobre o comportamento humano, acentuando o tom filosófico e a linguagem formal do texto.
- (B) o uso da conjunção **E** iniciando o primeiro verso sugere que o poema dá continuidade a uma espécie de conversa que já estava em curso, como se tratasse de uma velha história.
- (C) a ausência de vírgulas no segundo e no sétimo versos reduz o ritmo do poema, tornando a leitura mais lenta e pausada, criando uma atmosfera de ausência de movimento.
- (D) a expressão **dá cá o pito** explicita um discurso formal, o que contribui para encerrar o poema com uma tonalidade solene, condizente com a temática do amor.
- (E) a combinação das formas verbais **briga** e **perdoa**, no segundo verso, serve para caracterizar o amor como um sentimento que não admite contradição.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA MILITAR

31. A biografia do General Miguel Costa traz sua participação destacada em eventos de grande relevância para a História da Polícia Militar. Dos eventos a seguir, qual pode ser atribuído a Miguel Costa?

- (A) Aluno destacado da Missão Francesa de Instrução da Força Pública, sua atuação foi primordial para o encerramento da Greve Operária de 1917.
- (B) Sua intervenção permitiu que se estabelecessem negociações que levariam ao fim da Greve Operária de 1905, ocorrida em Rio Claro, na Companhia Paulista de Estradas de Ferro.
- (C) Como Comandante do Regimento de Cavalaria, liderou a Força Pública por ocasião da eclosão do movimento revolucionário na cidade de São Paulo, em 05 de julho de 1922.
- (D) Foi um dos líderes militares que apoiou com suas tropas o Presidente Getúlio Vargas, quando da eclosão do “Estado Novo” em 1937.
- (E) Comandava a Força Pública no dia 09 de Julho de 1932, quando pediu passagem para a Reserva, diante da eclosão do Movimento Constitucionalista.

32. Dentre as principais realizações de Pedro Dias de Campos, é correto afirmar que

- (A) atuou com denodo na campanha de Canudos, durante a qual veio a ferir-se com gravidade.
- (B) foi o principal inspirador na fundação da Caixa Beneficente da Polícia Militar.
- (C) defendeu e atuou vigorosamente na implantação do escotismo no Brasil.
- (D) foi o mais importante assessor militar e aliado de Miguel Costa, como destacado revolucionário de 1924.
- (E) criou a Cruz Azul de São Paulo em 1933, para atender aos órfãos e viúvas da Revolução Constitucionalista.

33. Sensibilizado pelo isolamento das comunidades que habitavam o litoral norte paulista, comprometeu-se com lideranças locais a emprestar seus conhecimentos de engenharia e seu prestígio político para que fosse aberto um caminho terrestre que rompesse a exclusão geográfica daquela região. Dirigiu, a partir de 1931, a abertura do primeiro caminho terrestre carroçável, ligando o vale do Paraíba a Caraguatatuba, que, mais tarde, viria a ser a principal artéria alimentadora do progresso do litoral norte, atual rodovia dos Tamoios.

O texto refere-se a

- (A) José de Pina Figueiredo.
- (B) Edgard Pereira Armond.
- (C) Antonio Baptista da Luz.
- (D) Francisco Alves do Nascimento Pinto.
- (E) Nataniel Prado.

34. Urge, portanto, tudo fazermos para voltarmos ao tempo em que éramos o orgulho dos Paulistas (...). Como retornarmos a esse ponto, do qual não deveríamos nos ter afastado? Só através do trabalho inteligentemente orientado no sentido da missão principal de nossa organização, pois qualquer organismo só poderá sobreviver se atender ao fim principal para o qual foi criado.

(Octavio Gomes de Oliveira, A Força Pública e sua missão em face das leis que a regem. *Revista Militia*. Ano I, julho-agosto de 1948, nº 5, p. 17 – 19)

Octavio Gomes de Oliveira defendeu, em seu artigo, o retorno da Força Pública à sua atividade fim, ou seja, o policiamento ostensivo. Várias medidas foram adotadas, como parte desse esforço encetado após a II Guerra Mundial. Dentre elas, pode-se citar a

- (A) realização do Congresso Brasileiro das Polícias Militares em Campos do Jordão, por ocasião do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo.
- (B) criação do Serviço de Radiopatrulha da Capital, com efetivos da Força Pública e da Guarda Civil.
- (C) criação do Serviço de Comunicações, sob a direção do tenente Manoel de Jesus Trindade.
- (D) criação da primeira autoescola do Brasil, destinada a formar motoristas para as viaturas de radiopatrulha.
- (E) criação do Gabinete de Munições, atual CSM/AM, sob a direção do major Nataniel Prado.

35. Uma das principais missões que foram atribuídas ao atual 2º BPM/M, ao longo de sua história mais que centenária, foi

- (A) o combate ao cancro cítrico, derrubando laranjais infectados pelo interior paulista.
- (B) o combate ao mal de Chagas, quando seus policiais atuaram no apoio à dedetização de casas de pau-a-pique pelo interior paulista.
- (C) o enfrentamento a terroristas que atuavam na organização de base de operações no vale do Ribeira, quando foi martirizado o tenente Alberto Mendes Junior, do efetivo da Unidade.
- (D) a libertação de Curitiba, durante a revolução Federalista.
- (E) a participação no ataque final ao arraial de Antônio Conselheiro, em Canudos.

36. O governador Laudo Natel criou, em 1975, uma comissão destinada a estudar maneiras mais efetivas de a administração prevenir e reagir a eventos desastrosos. Como fruto do trabalho dessa comissão, aprovou-se o Decreto nº 5.796/75, no qual está inserida a criação da Subchefia de Defesa Civil, que iria instalar-se plenamente em 1976.

Analise as afirmações a seguir, relativas à história das calamidades públicas em território paulista, e assinale a alternativa que apresenta um dos fatos históricos que inspirou a criação da Defesa Civil em São Paulo.

- (A) O incêndio da comunidade de Vila Socó – Cubatão, em decorrência da explosão de um duto de petróleo.
- (B) O escorregamento da Serra do Mar em Caraguatuba, em decorrência de intensas chuvas.
- (C) A queda do avião “President”, da Pan American Airlines, que caiu sobre área densamente urbanizada na Vila Santa Catarina, em São Paulo, causando dezenas de vítimas fatais.
- (D) O incêndio do edifício “Grande Avenida”, situado na Avenida Paulista.
- (E) O incêndio supostamente criminoso do Grand Circus “Oberdan”, no Brás, que vitimou 30 crianças, pisoteadas e mortas.

37. Apesar das greves, das leis esparsas e da existência de movimentos e partidos que tratavam de arregimentar a classe operária, ou falar em nome dela, a massa trabalhadora continuava, em sua grande maioria, carente de direitos e de organização. Essa carência seria um campo fértil nos anos 30 para a ação do Estado através da política trabalhista de Getúlio Vargas.

(Boris Fausto, *História do Brasil*. Adaptado)

Considerando a Primeira República e a Era Vargas, na política mencionada no trecho, é correto afirmar que

- (A) o operariado urbano permaneceu excluído do processo eleitoral, pois Getúlio Vargas não ampliou os direitos políticos e sociais vigentes antes da década de 1930.
- (B) Getúlio Vargas diferenciou-se ao autorizar partidos representativos da classe operária, que tinham liberdade para organizar greves, inclusive durante o Estado Novo.
- (C) a legislação trabalhista foi rejeitada pelo Congresso nos dois períodos, porém Getúlio Vargas conseguiu instituir o décimo terceiro salário e a previdência social.
- (D) Getúlio Vargas organizou a Justiça do Trabalho e estabeleceu uma estrutura sindical atrelada ao Estado, o que foi inovador em relação ao período anterior.
- (E) a questão social continuou a ser tratada como “caso de polícia” por Getúlio Vargas, embora ele tivesse estabelecido leis para regulamentar o trabalho no campo.

38. A expansão dos anos 70 fez da economia brasileira a *oitava economia do mundo capitalista*, em termos de capacidade produtiva, ficando atrás apenas dos países altamente industrializados. (...)

Esse crescimento intenso e rápido da economia brasileira apoiou-se em três bases principais.

(Francisco M. P. Teixeira e Maria Elizabeth Totini, *História econômica e administrativa do Brasil*)

As “três bases principais” desse crescimento, conhecido como milagre econômico, foram

- (A) a intervenção do Estado na economia, o grande capital nacional e a forte presença do capital estrangeiro.
- (B) a ênfase na agricultura de subsistência, a privatização de empresas estatais e o uso de tecnologia nacional.
- (C) o predomínio da indústria leve, a proibição de multinacionais e o financiamento privado das obras de infraestrutura.
- (D) a distribuição equilibrada de renda, os investimentos estrangeiros e a importação de tecnologia chinesa.
- (E) o favorecimento às microempresas nacionais, o liberalismo e a política oficial de aumento dos salários.

39. Em concorrida cerimônia no plenário da Câmara dos Deputados, transmitida ao vivo pela televisão para todo o país, em 5 de outubro de 1988, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, declarou promulgada a nova Constituição brasileira.

(Américo Freire, Marly Motta e Dora Rocha, *História em curso: o Brasil e suas relações com o mundo ocidental*)

Um dos princípios que orientaram a atual Constituição brasileira foi

- (A) o unitarismo político-administrativo, que inviabiliza a formação de partidos.
- (B) a restrição dos direitos políticos, que assegura a imparcialidade nas eleições.
- (C) o estabelecimento do Estado de direito, que garante as liberdades individuais.
- (D) a criação do Ministério da Defesa, que protege a sociedade dos abusos do poder público.
- (E) o predomínio do Legislativo sobre os demais poderes, que permite a harmonia entre eles.

ATUALIDADES

40. Em resposta aos ataques terroristas lançados contra alvos civis em Paris, em 13 de novembro de 2015, aviões militares franceses lançaram, horas depois, um ataque contra alvos situados na capital informal do Califado, sede do Estado Islâmico. Trata-se da cidade de

- (A) Aleppo.
- (B) Damasco.
- (C) Mosul.
- (D) Raqqa.
- (E) Tikrit.

41. A pedido da Procuradoria-Geral da República, o Supremo Tribunal Federal autorizou a prisão, em 25 de novembro de 2015, de um Senador no exercício do mandato e de um banqueiro, por tentarem obstruir investigações da Operação Lava Jato, que apura corrupção na Petrobrás. Para o relator da Lava Jato no STF, a justificativa das prisões foi “comportamento de mafioso”.

Assinale a alternativa que indica os nomes das personagens centrais dos fatos abordados: respectivamente, do Procurador-Geral da República, do ministro relator da Lava Jato no STF, do senador preso e do banqueiro, igualmente preso nessa operação, conduzida pela Polícia Federal.

- (A) Rodrigo Janot, Ricardo Lewandowski, Delcídio do Amaral e Diogo Ferreira.
- (B) Rodrigo Janot, Teori Zavascki, Delcídio do Amaral e André Esteves.
- (C) Luís Inácio Adams, Teori Zavascki, Delcídio do Amaral e Marcelo Odebrecht.
- (D) Luís Inácio Adams, Ricardo Lewandowski, Luiz Estevão e Edson Ribeiro.
- (E) Teori Zavascki, Rodrigo Janot, Delcídio do Amaral e Marcelo Odebrecht.

42. O governador Geraldo Alckmin sancionou em 11 de dezembro de 2015 a Lei nº 16.049/2015, que dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores. Essa norma reforça as ferramentas disponíveis pela Polícia na contenção dos chamados “Pancadões”, no intuito de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas.

Assinale a alternativa correta a respeito dessa lei.

- (A) A lei tem como foco principal atuar em relação aos veículos em movimento que se deslocam emitindo ruídos sonoros classificados de alto nível pela legislação vigente mais restritiva.
- (B) A lei regulamenta a concessão de licença para veículos publicitários, de modo que seus equipamentos não emitam ruídos sonoros classificados de alto nível pela legislação vigente mais restritiva.
- (C) A lei permite a fiscalização de veículos estacionados em vias públicas ou calçadas particulares de guias rebaixadas, que ficam proibidos de emitir ruídos sonoros classificados de alto nível pela legislação vigente mais restritiva.
- (D) A lei regulamenta a concessão de licença para veículos de som utilizados em manifestações sindicais e populares, de modo que seus equipamentos não emitam ruídos sonoros classificados de alto nível pela legislação vigente mais restritiva.
- (E) Em caso de recusa do atendimento da ordem de abaixar o som, a autoridade responsável pela fiscalização deixará de aplicar multa, substituindo a pena pecuniária pela apreensão provisória do aparelho de som ou do veículo no qual ele estiver instalado.

43. O Prêmio Nobel da Paz de 2015 foi concedido ao Quarteto para o Diálogo Nacional, pela contribuição para a construção de uma democracia pluralista em seu país, onde o processo de democratização, após a “Primavera Árabe”, quase entrou em colapso, depois de uma onda de assassinatos políticos e de manifestações de protesto. Esse quarteto, que liderou um processo político alternativo e pacífico, quando a segurança pública em sua nação entrava em colapso e o país se via à beira de uma guerra civil, atuou

- (A) na Tunísia.
- (B) no Marrocos.
- (C) no Egito.
- (D) na Argélia.
- (E) na Líbia.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

44. Em protesto contra a reorganização escolar, que levaria ao fechamento de 94 escolas, proposta pela Secretaria de Estado de Educação, alunos da rede estadual de ensino e militantes de movimentos sociais estudantis, chegaram a ocupar 196 escolas, a partir de novembro de 2015. Na primeira Escola Estadual da capital ocupada, no bairro de Pinheiros, alguns alunos chegaram a pleitear a mudança do nome da escola, por exaltar a memória de um célebre bandeirante. Qual o nome dessa Escola Estadual?
- (A) Antonio Raposo Tavares.
(B) Domingos Jorge Velho.
(C) Amador Bueno da Ribeira.
(D) Amador Bueno da Veiga.
(E) Fernão Dias Paes.
45. Em um dos maiores eventos catastróficos de interesse da Defesa Civil brasileira em 2015, as barragens de Fundão e Santarém, no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro de Mariana – MG, se romperam na tarde de 05 de novembro, liberando um volume de lama, estimado pelo IBAMA, de mais de 50 milhões de metros cúbicos. Além de a avalanche destruir o subdistrito de Bento Rodrigues, outras consequências graves decorreram do acidente, entre elas:
- (A) A chegada da lama ao rio Doce e ao litoral capixaba, comprometendo o abastecimento de água do município mineiro de Governador Valadares.
(B) Danos à saúde das pessoas, pois as minas exploradas pela SAMARCO utilizavam irregularmente mercúrio para a extração de ouro do local, o que contaminou os rejeitos.
(C) A interrupção do abastecimento de água da capital mineira, Belo Horizonte, e de municípios capixabas.
(D) A destruição do centro histórico de Mariana, danificando sua catedral colonial e seu órgão, um dos patrimônios materiais da música sacra brasileira.
(E) A morte de animais e a perda da biodiversidade ao longo do complexo hidrográfico do rio Doce, atingindo até as nascentes do rio São Francisco.
46. De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, entre outros:
- (A) a soberania; a cidadania e o pluralismo partidário.
(B) a soberania; a autodeterminação dos povos e a dignidade da pessoa humana.
(C) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; a prevalência dos direitos sociais, políticos e individuais e a cidadania.
(D) a soberania; a erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
(E) a dignidade da pessoa humana; o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
47. Quanto à proteção do direito à liberdade, a Constituição Federal assegura que
- (A) é livre a manifestação do pensamento, garantindo-se o anonimato quando necessário à preservação do sigilo dos atos praticados pelos agentes públicos no exercício profissional.
(B) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, mediante prévia licença.
(C) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, podendo a lei estabelecer as qualificações necessárias ao exercício profissional.
(D) a criação de associações e cooperativas depende de lei específica autorizadora, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
(E) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra serão comunicados até 24 horas ao juiz competente ou à família do preso e à pessoa por ele indicada.
48. A Constituição do Estado de São Paulo, ao tratar dos fundamentos do Estado, assevera que
- (A) a lei estabelecerá procedimentos judiciais abreviados e gratuitos nas ações cujo objeto principal seja a salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais.
(B) são requisitos a serem observados, entre outros, nos procedimentos administrativos: validade, igualdade entre os administrados, publicidade e despacho ou decisão motivados.
(C) o Estado de São Paulo é soberano para exercer as competências, sem sujeição de qualquer tipo de limitação.
(D) o Estado poderá assegurar assistência jurídica integral e gratuita aos que declararem insuficiência de recursos.
(E) nos procedimentos administrativos, qualquer que seja o objeto, observar-se-ão, exclusivamente, os requisitos de validade, a igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência da publicidade, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivados.

49. Na organização do Estado, no capítulo referente a Administração Pública, a Constituição do Estado de São Paulo dispõe que

- (A) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (B) são previstos, exclusivamente, sete princípios a serem observados pela Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade e eficiência.
- (C) o prazo para fornecimento de certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres ao cidadão que a solicitar para defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse pessoal será de quinze dias úteis.
- (D) o direito de regresso assegurado à Administração somente poderá ser exercido contra o servidor que agiu com dolo e não culpa, ao ocasionar dano indenizável a terceiro.
- (E) é garantido ao servidor civil e ao militar estadual o direito à livre associação sindical.

50. De acordo com a Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) a Segurança Pública do Estado será exercida por meio das Polícias Militar e Civil, instituições permanentes e com autonomia organizacional, administrativa e financeira.
- (B) é assegurado o direito do militar ser transferido para a reserva ou reformado, quando preencher os requisitos previstos na lei de inatividade, exceto se estiver respondendo a inquérito ou a processo em qualquer jurisdição.
- (C) o Comandante-Geral da Polícia Militar será nomeado pelo Secretário da Segurança Pública, dentre oficiais da ativa ocupantes do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares.
- (D) os serviços de correição permanente sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar e do Presídio Militar serão realizados pelos Conselhos de Justiça, sob a presidência do juiz de Direito do juízo militar.
- (E) compete ao Tribunal de Justiça Militar processar e julgar os mandados de segurança e os *habeas corpus*, nos processos cujos recursos forem de sua competência ou quando o coator ou coagido estiverem diretamente sujeitos a sua jurisdição e às revisões criminais de seus julgados e das Auditorias Militares.

51. Em relação aos crimes contra a Administração Pública, previstos no Título XI do Código Penal, assinale a alternativa que apresenta um crime contra a Administração da Justiça, como disposto no Capítulo III.

- (A) Apropriação indébita previdenciária – “Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional”.
- (B) Atentado contra a liberdade de associação – “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional”.
- (C) Exercício arbitrário ou abuso de poder – “Ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder”.
- (D) Usurpação de função pública – “Usurpar o exercício de função pública”.
- (E) Peculato – “Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”.

52. Sobre o lugar do crime, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu

- (A) a ação ou a omissão, salvo se fora do território nacional.
- (B) ou não, a omissão, no todo ou em parte.
- (C) ou não, a ação, no todo ou em parte, bem como onde deveria, ou não, se produzir o resultado.
- (D) a ação ou a omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu, ou deveria produzir-se, o resultado.
- (E) a omissão, salvo se praticado em aeronave ou embarcação brasileira.

53. Quanto ao prazo para oferecimento de denúncia previsto no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público deverá oferecer denúncia no prazo de 10 dias se o indiciado estiver preso e no prazo de 15 dias se o indiciado estiver solto.
- (B) O prazo para oferecimento de denúncia é contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial ou, caso o inquérito policial seja dispensado, da data em que tiver recebido as peças de informação ou a representação.
- (C) O Ministério Público deverá oferecer denúncia no prazo de 05 dias se o indiciado estiver preso e, se solto, no prazo de 20 dias.
- (D) Não há prazo diferenciado para o oferecimento de denúncia, estando o indiciado preso ou solto.
- (E) O Ministério Público deverá oferecer denúncia no prazo de 30 dias, contados do recebimento dos autos do inquérito policial, estando o indiciado preso ou solto.

54. No que concerne à prisão preventiva, disposta nos artigos 311 a 316 do Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- (A) não será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa.
 - (B) a prisão preventiva perfaz-se como garantia da ordem pública, não se prestando à conveniência da instrução criminal.
 - (C) a prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
 - (D) uma vez aplicada a prisão preventiva, esta não poderá ser revogada, já que se presta como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.
 - (E) considerando que a prisão preventiva tem por fim garantir a ordem pública e assegurar, dentre outras coisas, a aplicação da lei penal, ela poderá ser decretada mesmo que tenha o agente praticado o fato em circunstância que caracterize estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.

DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSUAL PENAL MILITAR

55. Em relação ao crime denominado “Exercício de comércio por oficial”, é correto afirmar que
- (A) praticará o delito o oficial da ativa que participar de sociedade anônima, na qualidade de acionista.
 - (B) praticará o delito o oficial da reserva remunerada que tomar parte na administração de sociedade comercial.
 - (C) a pena é de suspensão do exercício do posto ou reforma.
 - (D) a lei penal militar vigente pune também a conduta culposa.
 - (E) responderá pelo delito o oficial da ativa que participar de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, na qualidade de sócio cotista.
56. Em relação ao crime de violência contra superior em tempo de paz, é correto afirmar que
- (A) a pena cominada ao crime é de reclusão de três meses a dois anos.
 - (B) se a violência é praticada com arma, a pena é aumentada de um terço.
 - (C) se da violência resulta lesão corporal, a pena mínima passa a ser de dois anos.
 - (D) se da violência resulta morte, haverá pena de morte por fuzilamento.
 - (E) quando há lesão praticada com o uso de arma, esse delito é absorvido pela violência, tendo em vista o princípio da consunção.

57. Quanto à finalidade do inquérito policial-militar, assinale a alternativa correta.
- (A) A finalidade precípua do inquérito policial-militar é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal, sendo efetivamente instrutórios da ação penal os exames, as perícias e as avaliações realizados regularmente no curso do inquérito, por peritos idôneos e com obediência às formalidades.
 - (B) A única medida preliminar ao inquérito que deve ser tomada é a de dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a situação das coisas, enquanto necessário.
 - (C) O inquérito, por expressa disposição constitucional, é público.
 - (D) De acordo com o disposto no Código de Processo Penal, o inquérito deverá terminar dentro do prazo de cinco dias se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou dentro do prazo de quinze dias quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
 - (E) No âmbito de polícia judiciária militar, é prescindível que o inquérito seja encerrado com minucioso relatório.

58. Quanto às medidas preventivas e assecuratórias, assinale a alternativa correta.
- (A) Para o Código de Processo Penal Militar, o termo “casa” compreende qualquer compartimento habitado, aposento ocupado de habitação coletiva e compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.
 - (B) A busca em mulher será feita por qualquer militar a fim de não importar retardamento ou prejuízo da diligência.
 - (C) A autoridade militar não poderá requisitar da autoridade policial civil a realização de buscas, tendo em vista sua independência funcional.
 - (D) Entende-se por busca pessoal apenas aquela feita nas vestes da pessoa.
 - (E) A única hipótese de busca pessoal, independente de mandado, é feita no ato da captura de pessoa que deve ser presa.

59. Em relação ao sequestro, previsto no Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que
- (A) por se tratar de competência da Justiça Militar, quaisquer bens podem ser suscetíveis de sequestro.
 - (B) para a decretação do sequestro, é necessário somente a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.
 - (C) todo dinheiro apurado será recolhido ao Tesouro Nacional.
 - (D) se a autoridade judiciária militar entender que se trata de matéria de alta indagação, remeterá o embarcante para o juízo cível e não manterá o sequestro.
 - (E) transitada em julgado a sentença condenatória, a autoridade judiciária militar, sempre de ofício, determinará a avaliação e a venda dos bens em leilão público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

60. A Constituição Federal preceituou os princípios básicos que devem ser observados pela Administração Pública. Considerando tal fato, assinale a alternativa correta.
- (A) A finalidade pública deve ser observada quando da elaboração de lei e quando de sua execução, em razão do princípio da continuidade do serviço público.
 - (B) Em razão do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, nenhum ato praticado, no âmbito da Administração Pública, deve passar pelo crivo do Poder Judiciário.
 - (C) O princípio da publicidade está previsto no artigo 37 da Constituição Federal e viabiliza a transparência e a divulgação dos atos da Administração Pública.
 - (D) Os princípios da Administração Pública estão elencados em rol exaustivo, disposto no artigo 37 da Constituição Federal.
 - (E) Com o crescimento das grandes cidades, há um aumento do número da população e, por conseguinte, a necessidade de infraestrutura a fim de subsidiar os interesses dos cidadãos, como a criação de escolas. Nesse sentido, o princípio que deve nortear tais decisões é o princípio do duplo grau de jurisdição.

61. Acerca dos poderes e princípios da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) quando agentes de fiscalização interdita estabelecimento porque se verificou que não havia alvará de funcionamento, tem-se claramente o poder de polícia caracterizado, que é atribuído à Administração Pública.
 - (B) o poder hierárquico estabelece que se pode punir infrações funcionais dos servidores.
 - (C) a Administração Pública direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo facultada à Administração indireta a observância de tais princípios.
 - (D) os poderes exercidos pela Administração são ilimitados, em decorrência do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
 - (E) poder vinculado é aquele conferido à Administração Pública para o controle interno, atribuindo funções a seus órgãos.
62. Acerca da responsabilidade do policial militar perante a legislação em vigor, é correto afirmar que
- (A) em razão do princípio da supremacia do interesse público elencado no ordenamento pátrio, o policial militar responde por seus atos apenas nas esferas penal e administrativa, não lhe recai eventual responsabilidade civil por atos praticados em serviço.
 - (B) a ofensa aos valores não vulnera a disciplina policial militar, já que é inerente à atividade.
 - (C) a aplicação das penas disciplinares previstas no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo depende do resultado de eventual ação penal.
 - (D) as transgressões militares são sempre classificadas como graves, em face da atividade exercida pelo policial militar.
 - (E) o militar do Estado poderá responder na esfera penal militar, se fizer desaparecer, consumir ou extraviar combustível, armamento, munição, peças de equipamento de navio ou de aeronave ou de engenho de guerra motomecanizado.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

63. A abordagem de uma pessoa em via pública por policial militar, para fins de busca pessoal, tem a natureza jurídica de ato administrativo e deve ser motivada, sob pena de constituir crime de abuso de autoridade capitulado no art. 3º, alínea "a", da Lei nº 4.898/65. A motivação que afasta a tipicidade penal consiste em
- (A) consideração, pelo policial, de sua experiência pessoal no exercício da atividade policial.
 - (B) comportamento indicativo de fundada suspeita de rompimento da ordem pública.
 - (C) flagrante de ilícito penal.
 - (D) a pessoa abordada estar na via pública.
 - (E) a pessoa abordada estar sem qualquer documento de identidade.
64. O ato infracional praticado por criança, que foi apreendida em flagrante, pode ter como consequência
- (A) a aplicação de medida socioeducativa de advertência.
 - (B) a aplicação de medida socioeducativa de liberdade assistida.
 - (C) a obrigação de reparar o dano.
 - (D) o encaminhamento aos pais ou ao responsável, mediante termo de comparecimento.
 - (E) a internação em estabelecimento educacional.
65. Arma de fogo que não depende de registro, nos termos do artigo 14, do Decreto nº 5.123/04 (Regulamento do Estatuto do Desarmamento), consiste em arma
- (A) obsoleta.
 - (B) desmontada.
 - (C) quebrada.
 - (D) desmuniada.
 - (E) desprovida de componente essencial ao disparo.
66. Policial militar, em diligência para cumprir mandado de prisão, sem justa causa, pratica violência física contra aquele que está sendo preso, por entender repugnante o crime praticado, como forma de castigá-lo. No entanto, a violência acaba por causar a morte do agredido, o que não foi previsto pelo policial. A conduta do policial consiste em crime de
- (A) homicídio qualificado pelo motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do Cód. Penal).
 - (B) lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do Cód. Penal).
 - (C) abuso de autoridade (art. 3º, "I", da Lei nº 4.898/65).
 - (D) exercício arbitrário ou abuso de poder (art. 350, do Cód. Penal).
 - (E) tortura qualificada pelo evento morte (art. 1º, § 3º, da Lei nº 9.455/97).

67. O cultivo de pequena quantidade de planta que constitua matéria prima para preparação de droga, para consumo pessoal, consiste em crime capitulado no
- (A) art. 28, *caput*, da Lei nº 11.343/06.
 - (B) art. 33, § 1º, II, da Lei nº 11.343/06.
 - (C) art. 28, § 1º, da Lei nº 11.343/06.
 - (D) art. 16, da Lei nº 6.368/76.
 - (E) art. 33, § 3º da Lei nº 11.343/06.

LEGISLAÇÃO DE INTERESSE POLICIAL-MILITAR

68. O Capitão QAOPM João, hoje com 56 anos de idade, ingressou na Instituição em 04 de fevereiro de 1983 e foi promovido ao seu atual posto em 24 de maio de 2010. Após inúmeras tentativas, o referido oficial não obteve êxito no ingresso no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mesmo não realizando o referido curso, ainda não foi preterido em nenhuma promoção. Assim, de acordo com a legislação vigente, o oficial, a partir de 24 de maio de 2015,
- (A) deveria ser transferido *ex officio* para a reserva, pois já atingiu a idade limite para permanência na Instituição, de acordo com as regras contidas no Decreto-lei nº 260/70 para a inatividade dos oficiais intermediários.
 - (B) poderia permanecer na Instituição por mais dois anos, pois ainda não houve preterição para a promoção ao posto de Major PM, conforme previsto na Lei Complementar nº 1.150/11.
 - (C) deveria ser transferido *ex officio* para a reserva, haja vista ter alcançado limite de tempo de serviço e de permanência no posto, previstos na Lei Complementar nº 1.150/11, bem como a ausência de requisitos para promoção.
 - (D) poderia ser transferido para a reserva caso tenha sido preterido nas três últimas datas de promoção por outro Capitão QAOPM de menor antiguidade, independentemente do tempo no posto.
 - (E) deveria ser transferido *ex officio* para a reserva, haja vista ter alcançado a idade limite de permanência na Instituição, bem como por deixar de cumprir requisito necessário para a promoção.

69. De acordo com as modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta.

- (A) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas.
- (C) Convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- (D) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias.
- (E) Concurso é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

70. O 1º Tenente QAOPM Pedro ingressou nos quadros de acesso para as promoções ao posto de Capitão PM do 1º semestre de 2015, tanto por antiguidade, quanto por merecimento. Ocorreu que, dias após a publicação dos quadros de acesso, o oficial sofreu acidente que o incapacitou para o serviço policial-militar por tempo indeterminado. Diante do exposto, e de acordo com o contido no Decreto-lei nº 13.654/43, é correto afirmar que ele deverá permanecer

- (A) nos quadros de acesso, uma vez que a sua exclusão será permitida apenas nos casos de morte ou incapacidade moral.
- (B) no quadro de acesso por antiguidade, uma vez que a incapacidade física temporária impede a sua permanência no quadro de acesso por merecimento.
- (C) nos quadros de acesso, tendo em vista que a legislação de promoções prevê como exclusão dos quadros de acesso apenas a ausência de idoneidade moral.
- (D) nos quadros de acesso, enquanto perdurar o afastamento, até o limite da declaração de eventual incapacidade definitiva.
- (E) nos quadros de acesso, tendo em vista que a exclusão do seu nome ocorrerá na lista proposta.

71. Acerca das Juntas de Saúde, é correto afirmar que a Junta de Saúde

- (A) I, de caráter temporário, constituída por 5 médicos, tem como uma das finalidades avaliar as condições de aptidão e equilíbrio mental dos candidatos a ingresso na Polícia Militar.
- (B) II, de caráter permanente, constituída por 3 médicos, tem como uma das finalidades avaliar o estado de incapacidade temporária dos policiais militares, motivando licença, por tempo determinado, para tratamento de saúde.
- (C) I, de caráter permanente, constituída por 3 médicos, tem como uma das finalidades avaliar as incapacidades definitivas, motivadas por enfermidade incompatíveis com o serviço policial-militar.
- (D) II, de caráter temporário, constituída por 5 médicos, tem como uma das finalidades avaliar a aptidão, em sede recursal, para os diferentes cursos realizados na Polícia Militar.
- (E) II, de caráter permanente, constituída por 3 médicos, tem como uma das finalidades avaliar as condições do estado mental e grau de responsabilidade dos militares, por solicitação da Justiça Militar.

72. De acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº 1.010/07, é vedado à SPPREV (São Paulo Previdência)

- (A) administrar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos eletivos e o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo.
- (B) a arrecadação e cobrança dos recursos e contribuições necessárias para custear Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos eletivos.
- (C) a manutenção permanente do cadastro individualizado dos servidores públicos ativos e inativos, e dos militares do Estado ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- (D) a concessão, bem como o pagamento e manutenção dos benefícios assegurados pelo Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo.
- (E) celebrar convênios ou consórcios com outros Estados ou Municípios com o objetivo de pagamento de benefícios.

73. Segundo o artigo 3º da Portaria PM1-3/02/13 que dispõe sobre o regime de trabalho na polícia militar do Estado de São Paulo, o horário de expediente administrativo na PMESP de 2ª à 6ª feira será
- (A) das 9h às 12h, com pausa para o almoço, e das 14h às 18h. Em um dia da semana, o horário de expediente administrativo será desdobrado em dois turnos, das 8h às 13h e das 13h às 18h, com 50% do efetivo em cada turno, devendo o Comandante da OPM, até o nível de Batalhão, ajustar o efetivo de acordo com seus critérios em face das peculiaridades da OPM e da necessidade do serviço.
 - (B) das 9h às 12h, com pausa para o almoço, e das 13h às 18h. Em um dia da semana, o horário de expediente administrativo será desdobrado em dois turnos, das 8h às 13h e das 13h às 18h, com 50% do efetivo em cada turno, devendo o Comandante da OPM, até o nível de Batalhão, ajustar o efetivo de acordo com seus critérios em face das peculiaridades da OPM e da necessidade do serviço.
 - (C) ininterrupto, das 9h às 18h. Em um dia da semana, o horário de expediente administrativo será desdobrado em dois turnos, das 8h às 12h e das 12h às 18h, com 40% do efetivo de manhã e 60% a tarde, devendo o Comandante da OPM, até o nível de Batalhão, ajustar o efetivo de acordo com seus critérios em face das peculiaridades da OPM e da necessidade do serviço.
 - (D) ininterrupto, das 8h às 18h. Em um dia da semana, o horário de expediente administrativo será desdobrado em dois turnos, das 8h às 13h e das 13h às 18h, com 60% do efetivo de manhã e 40% a tarde, devendo o Comandante da OPM, até o nível de Batalhão, ajustar o efetivo de acordo com seus critérios em face das peculiaridades da OPM e da necessidade do serviço.
 - (E) ininterrupto, das 9h às 18h. Em dia da semana, o horário de expediente administrativo será desdobrado em dois turnos, das 8h às 13h e das 13h às 18h, com 50% do efetivo em cada turno, devendo o Comandante da OPM, até o nível de Batalhão, ajustar o efetivo de acordo com seus critérios em face das peculiaridades da OPM e da necessidade do serviço.
74. Segundo o subitem 6.1.5. da Diretriz nº PM3-001/02/12 – Sistema de Computação Embarcada e Portátil [Terminais Móveis de Dados (TMD) e Terminais Portáteis de Dados (TPD)] –, é correto afirmar que a menor fração de recursos humanos composta por um ou mais profissionais, a pé ou embarcado(s), executando suas ações em um determinado território e integrada a um Centro de Operações será denominada de
- (A) unidade embarcada.
 - (B) unidade de serviço.
 - (C) grupo PM (Gp PM).
 - (D) patrulha de ação tática.
 - (E) unidade de ação operacional.
75. O subitem 6.1.11. da Diretriz nº PM3-001/02/12 define o Mapa Força Eletrônico como a transcrição
- (A) eletrônica da escala de serviço e, se houver, de suas alterações no sistema informatizado. É elaborado pelo usuário, com a utilização do SIOPM, como a representação documental dos recursos de determinada OPM, efetivamente empenhados, durante determinado período, que se somam aos eventuais apoios e reforços. O Mapa eletrônico é visualizado por meio do INFOCRIN.
 - (B) em via física (papel) da escala de serviço e, se houver, de suas alterações no sistema informatizado. É elaborado pelo usuário, com a utilização do SIOPM, como a representação documental dos recursos de determinada OPM, efetivamente empenhados, durante determinado período, que se somam aos eventuais apoios e reforços. O Mapa eletrônico é visualizado por meio do COPOM ON-LINE.
 - (C) eletrônica da escala de serviço e, se houver, de suas alterações no sistema informatizado. É elaborado pelo usuário, com a utilização do SIOPM, como a representação documental dos recursos de determinada OPM, efetivamente empenhados, durante determinado período, que se somam aos eventuais apoios e reforços. O Mapa eletrônico é visualizado por meio do COPOM ON-LINE.
 - (D) eletrônica da escala de serviço, porém suas alterações devem ser em via física, visto que o sistema não permite realizar alterações. É elaborado pelo usuário, com a utilização do SIPOM, como a representação documental dos recursos de determinada OPM, efetivamente empenhados, durante determinado período, que se somam aos eventuais apoios e reforços. O Mapa eletrônico é visualizado por meio do COPOM ON-LINE.
 - (E) eletrônica da escala de serviço e, se houver, de suas alterações no sistema informatizado. É elaborado pelo usuário, com a utilização do INFOSEG, como a representação documental dos recursos de determinada OPM, efetivamente empenhados, durante determinado período, que se somam aos eventuais apoios e reforços. O Mapa eletrônico é visualizado por meio do INFOCRIN.

76. Considerando os subitens 6.11.4 e 6.11.6. da Ordem Complementar nº PM3-003/02/15 que complementa e altera a Diretriz nº PM3-005/02/14 que trata sobre Diária Especial por Jornada Extradordinária de Trabalho Policial-Militar (DEJEM), é correto afirmar que todo policial militar empregado em Ativ DEJEM deverá utilizar o Terminal
- (A) Portátil de Dados (TPD), que será providenciado pela OPM responsável pela escala, e o colete refletivo somente no período noturno e quando a OPM tiver disponibilidade desse material.
 - (B) Móvel de Dados (TMD), que será providenciado pela OPM responsável pela escala, e o colete refletivo somente no período noturno e quando a OPM tiver disponibilidade desse material.
 - (C) Portátil de Dados (TPD), que será providenciado pela OPM de Origem, e o colete refletivo somente no período noturno e quando a OPM tiver disponibilidade desse material.
 - (D) Móvel de Dados (TMD), que será providenciado pela OPM responsável pela escala, e o colete refletivo somente no período diurno e quando a OPM tiver disponibilidade desse material.
 - (E) Portátil de Dados (TPD), que será providenciado pela OPM responsável pela escala, e o colete refletivo somente no período diurno e quando a OPM tiver disponibilidade desse material.
77. Segundo o Inciso IV do artigo 6º da I-15-PM, é correto afirmar que, nos assuntos referentes a transportes motorizados, cabe ao
- (A) Cmt G, especificamente pela Diretoria de Finanças (DF), planejar a fixação, a distribuição, o remanejamento e o completamento da frota por município e organização policial-militar (OPM), ouvindo a 3ª EM/PM quando as viaturas estiverem vinculadas a programas de policiamento.
 - (B) Estado-Maior da Polícia Militar, especificamente pela CSM/MM, planejar a fixação, a distribuição, o remanejamento e o completamento da frota por município e organização policial-militar (OPM), ouvindo a 3ª EM/PM quando as viaturas estiverem vinculadas a programas de policiamento.
 - (C) Estado-Maior da Polícia Militar, especificamente pela Diretoria de Telemática, planejar a fixação, a distribuição, o remanejamento e o completamento da frota por município e organização policial-militar (OPM), ouvindo a 3ª EM/PM quando as viaturas estiverem vinculadas a programas de policiamento.
 - (D) Estado-Maior da Polícia Militar, especificamente pela 4ª EM/PM, planejar a fixação, a distribuição, o remanejamento e o completamento da frota por município e organização policial-militar (OPM), ouvindo a 3ª EM/PM quando as viaturas estiverem vinculadas a programas de policiamento.
 - (E) Estado-Maior da Polícia Militar, especificamente pela Diretoria de Logística (DL), planejar a fixação, a distribuição, o remanejamento e o completamento da frota por município e organização policial-militar (OPM), ouvindo o CIPM quando as viaturas estiverem vinculadas a programas de policiamento.
78. O artigo 10 da I-15-PM incumbe ao CSM/MM, além das atribuições específicas, comuns às Subfrotas, a tarefa de emitir
- (A) laudo técnico por solicitação dos Dirigentes de Subfrota, bem como de Presidentes de Procedimento Administrativo ou de Polícia Judiciária Militar, que conterà, além dos detalhes técnicos, o número da Portaria do Procedimento Processual ou Administrativo de origem, natureza do delito, local, data e horário do fato, nome do indiciado, sindicado ou averiguado, breve histórico do fato e se houve, ou não, concurso do Instituto de Criminalística.
 - (B) laudo técnico por solicitação exclusiva do Diretor de Logística, a quem os Presidentes de Procedimento Administrativo ou de Polícia Judiciária Militar devem primeiramente encaminhar qualquer pedido. O laudo conterà, além dos detalhes técnicos, o número da Portaria do Procedimento Processual ou Administrativo de origem, natureza do delito, local, data e horário do fato, nome do indiciado, sindicado ou averiguado, histórico pormenorizado do fato e se houve, ou não, concurso do Instituto de Criminalística.
 - (C) certidão de averbação por solicitação dos Dirigentes de Subfrota, bem como de Presidentes de Procedimento Administrativo ou de Polícia Judiciária Militar, que conterà, além dos detalhes técnicos, o número da Portaria do Procedimento Processual ou Administrativo de origem, natureza do delito, local, data e horário do fato, nome do indiciado, sindicado ou averiguado, histórico pormenorizado do fato e se houve, ou não, concurso do Instituto de Criminalística.
 - (D) certificação de avaliação meramente instrutivo, sem valor para formação de convicção do feito, por solicitação dos Diretores de Pessoal, bem como de Presidentes de Procedimento Administrativo Exoneratório (PAE) ou de Polícia Judiciária Militar, que conterà, além dos detalhes técnicos, o número da Portaria do Procedimento Processual ou Administrativo de origem, natureza do delito, local, data e horário do fato, nome do indiciado, sindicado ou averiguado, breve histórico do fato e se houve, ou não, concurso do Instituto de Criminalística.
 - (E) laudo técnico por solicitação dos Dirigentes de Subfrota, bem como de Presidentes de Procedimento Administrativo ou de Polícia Judiciária Militar, que conterà, além dos detalhes técnicos, o número da Portaria do Procedimento Processual ou Administrativo de origem, natureza do delito, local, data e horário do fato, nome do indiciado, sindicado ou averiguado, breve histórico do fato e se houve, ou não, concurso do Delegado de Plantão da Polícia Civil da área do fato.

79. A respeito da I-25-PM – Instruções para elaboração de documentos de Estado Maior –, assinale a alternativa que apresenta corretamente quantos e quais são os documentos abrangidos por essa instrução.
- (A) São 10 (dez) documentos: Diretriz, Nota de Instrução, Nota de Serviço, Ordem de Operações, Ordem de Serviço, Ordem Complementar, Ordem Preparatória, Plano de Operações, Relatório e Ata de Reunião.
 - (B) São 12 (doze) documentos: Diretriz, Nota de Instrução, Nota de Serviço, Ordem de Operações, Ordem de Serviço, Ordem Complementar, Ordem Preparatória, Plano de Operações, Relatório, Ata de Reunião, Estudo do Estado Maior e Estudo de Situações.
 - (C) São 13 (treze) documentos: Diretriz, Nota de Instrução, Nota de Serviço, Ordem de Operações, Ordem de Serviço, Ordem Complementar, Ordem Preparatória, Plano de Operações, Relatório, Ata de Reunião, Estudo do Estado Maior, Estudo de Situações e Estudo.
 - (D) São 14 (quatorze) documentos: Diretriz, Nota de Instrução, Nota de Serviço, Ordem de Operações, Ordem de Serviço, Regimento Interno, Ordem Preparatória, Plano de Operações, Relatório, Ata de Reunião, Plano Anual de Ordens, Estudo de Naturezas de Ocorrências, Relatório Estatístico de Ocorrências por Natureza e Estudo Crítico de Situações.
 - (E) São 13 (treze) documentos: Diretriz, Nota de Instrução, Nota de Serviço, Ordem de Operações, Ordem de Serviço, Ordem Complementar, Ordem Preparatória, Plano de Operações, Relatório, Ata de Reunião, Estudo do Estado Maior, Boletim Interno e Boletim Geral.
80. Segundo o artigo 32 das I-40-PM – Instruções para o atendimento de ocorrência em que haja o cometimento de infração penal praticada por policial militar – é correto afirmar que, nas ocorrências em que haja
- (A) evento morte, nas graves ou nas vultosas que envolverem, exclusivamente, como autor, integrante do Batalhão de Polícia Militar (BPM) da área dos fatos, deve comparecer ao local, durante o horário de expediente administrativo, o Comandante da Cia PM do policial militar envolvido, o Coordenador Operacional do BPM do policial militar envolvido, se houver qualquer fato que impeça o comparecimento do Comandante da Cia PM, ou o Subcomandante do BPM do policial militar envolvido, se houver qualquer fato que impeça o comparecimento do Comandante da Cia PM e do Coordenador Operacional.
 - (B) lesão corporal dolosa, nas graves ou nas vultosas que envolverem, exclusivamente, como autor, integrante do BPM da área dos fatos, deve comparecer ao local, durante o horário de expediente administrativo, o Comandante da Cia PM do policial militar envolvido, o Coordenador Operacional do BPM do policial militar envolvido, se houver qualquer fato que impeça o comparecimento do Comandante da Cia PM, ou o Subcomandante do BPM do policial militar envolvido, se houver qualquer fato que impeça o comparecimento do Comandante da Cia PM e do Coordenador Operacional.
 - (C) disparo de arma de fogo, nas graves ou nas vultosas que envolverem, exclusivamente, como autor, integrante do BPM da área dos fatos, deve comparecer ao local, durante o horário de expediente administrativo, o Comandante da Cia PM do policial militar envolvido, o Coordenador Operacional do BPM do policial militar envolvido, se houver qualquer fato que impeça o comparecimento do Comandante da Cia PM, ou o Subcomandante do BPM do policial militar envolvido, se houver qualquer fato que impeça o comparecimento do Comandante da Cia PM e do Coordenador Operacional.
 - (D) evento morte, nas graves ou nas vultosas que envolverem, exclusivamente, como autor, integrante do BPM da área dos fatos, deve comparecer ao local, durante o horário de expediente administrativo, o Comandante da Cia PM do policial militar envolvido, o Coordenador Operacional do BPM do policial militar envolvido, se houver qualquer fato que impeça o comparecimento do Comandante da Cia PM, ou o Comandante do BPM do policial militar envolvido, se houver qualquer fato que impeça o comparecimento do Comandante da Cia PM e do Subcomandante de Btl.
 - (E) lesão corporal dolosa, nas graves ou nas vultosas que envolverem, exclusivamente, como autor, integrante do BPM da área dos fatos, deve comparecer ao local, durante o horário de expediente administrativo, o Comandante da Cia PM do policial militar envolvido, o Coordenador Operacional do BPM do policial militar envolvido, se houver qualquer fato que impeça o comparecimento do Comandante da Cia PM, ou o Comandante do CPA/CPI do BPM do policial militar envolvido, se houver qualquer fato que impeça o comparecimento do Comandante da Cia PM e do Cmt do Btl.

81. De acordo com o artigo 50 da I-40-PM – Instruções para o atendimento de ocorrência em que haja o cometimento de infração penal praticada por policial militar –, nas ocorrências que envolvam integrantes da Corregedoria PM em serviço, se houver indícios do cometimento de crime militar, a instauração caberá ao
- (A) Subcomandante PM, pessoalmente ou mediante delegação na forma dessas Instruções.
 - (B) Comandante do CPA/CPI da área onde aconteceram os fatos, pessoalmente ou mediante delegação na forma dessas Instruções.
 - (C) Chefe de Departamento ao qual o PM estiver subordinado na Corregedoria PM, pessoalmente ou mediante delegação na forma dessas Instruções.
 - (D) Diretor de Pessoal, pessoalmente ou mediante delegação na forma dessas Instruções.
 - (E) Corregedor PM, pessoalmente ou mediante delegação na forma dessas Instruções.
82. A Nota de Instrução nº PM3 – 003/03/07, de 04 de dezembro de 2007, – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), estabelece que o policial militar será descredenciado do programa se ingressar no
- (A) mau comportamento; praticar ato incompatível com o objetivo e métodos do programa, mediante apuração do Cmt OPM, cientificada ao Coord Est PROERD; a pedido do seu Cmt, tendo em vista a necessidade operacional; permanecer mais que 2 (dois) anos sem aplicar o programa ou passar para a inatividade.
 - (B) regular comportamento; praticar ato incompatível com o objetivo e métodos do programa, mediante apuração do Cmt OPM, cientificada ao Coord Est PROERD; a pedido do interessado; permanecer mais que 2 (dois) anos sem aplicar o programa ou passar para a inatividade.
 - (C) mau comportamento; praticar ato incompatível com o objetivo e métodos do programa, mediante apuração do Cmt OPM, cientificada ao Coord Est PROERD; a pedido do interessado; permanecer mais que 2 (dois) anos sem aplicar o programa ou passar para a inatividade.
 - (D) regular comportamento; praticar ato incompatível com o objetivo e métodos do programa, mediante apuração do Cmt OPM, cientificada ao Coord Est PROERD; a pedido do interessado; permanecer mais que 1 (um) ano sem aplicar o programa ou passar para a inatividade.
 - (E) mau comportamento; praticar ato incompatível com o objetivo e métodos do programa, mediante apuração do Cmt OPM, cientificada ao Coord Est PROERD; a pedido do interessado; permanecer mais que 3 (três) anos sem aplicar o programa ou passar para a inatividade.
83. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as situações de risco que motivam a aplicação do Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM), regido pela Nota de Instrução nº PM3-002/03/14.
- (A) Envolvimento em intervenção policial com resultado morte, quando de folga, e participação direta em evento com resultado morte decorrente de intervenção policial, quando em serviço.
 - (B) Atendimento de ocorrências típicas de resgate e salvamento de vítimas de acidentes de graves proporções, de circunstâncias trágicas e ou de calamidades públicas; envolvimento em acidente de trânsito com vítima fatal, seja na própria equipe ou em atendimento a terceiros; manifestarem qualquer tipo de comportamento associado com um quadro emocional instável ou mudança nos padrões habituais de desempenho funcional (hipótese que também admitirá a eventual procura espontânea ao profissional da área de saúde da Instituição mais próximo de sua residência); envolvimento em intervenção policial com resultado morte, quando de folga; sofrerem agressão direta ou indireta, inclusive a seus familiares, relacionada à sua condição de policial militar; e participação direta em evento com resultado morte decorrente de intervenção policial, quando em serviço.
 - (C) Atendimento de ocorrências típicas de resgate e salvamento de vítimas de acidentes de graves proporções, de circunstâncias trágicas e ou de calamidades públicas; envolvimento em acidente de trânsito com vítima fatal, seja na própria equipe ou em atendimento a terceiros; manifestarem qualquer tipo de comportamento associado com um quadro emocional instável ou com mudança nos padrões habituais de desempenho funcional (hipótese que também admitirá a eventual procura espontânea ao profissional da área de saúde da Instituição mais próximo de sua residência); envolvimento em intervenção policial com resultado morte, quando de folga; sofrerem agressão direta ou indireta, inclusive a seus familiares, relacionada à sua condição de policial militar; participação direta em evento com resultado morte decorrente de intervenção policial, quando em serviço; e quando, durante o serviço policial militar, apresentar conduta disciplinar reprovável devido a reincidência de faltas disciplinares [mais de 4 (quatro) punições no período de 1 (um) ano].
 - (D) Envolvimento em intervenção policial com resultado morte, quando de folga; sofrerem agressão direta ou indireta, inclusive a seus familiares, relacionada à sua condição de policial militar; e participação direta em evento com resultado morte decorrente de intervenção policial, quando em serviço.
 - (E) Atendimento de ocorrências típicas de resgate e salvamento de vítimas de acidentes de graves proporções, de circunstâncias trágicas e ou de calamidades públicas; envolvimento em acidente de trânsito com vítima fatal, seja na própria equipe ou em atendimento a terceiros; manifestarem qualquer tipo de comportamento, associado com um quadro emocional instável ou com mudança nos padrões habituais de desempenho funcional (hipótese que também admitirá a eventual procura espontânea ao profissional da área de saúde da Instituição mais próximo de sua residência); e participação direta em evento com resultado morte decorrente de intervenção policial, quando em serviço.

- 84.** Segundo o artigo 42 da I-7-PM à respeito da delegação realizada por comandantes, diretores ou chefes de OPM, é correto afirmar que as atribuições relativas à prática de atos de expediente que originariamente lhes competiam poderão ser delegadas
- (A) a Oficiais e Praças subordinados. No entanto, não será objeto de delegação de competência a expedição de documentos relativos a assuntos doutrinários, de política do órgão, de justiça e disciplina e outros que impliquem tomada de posição ou decisão, bem como os que devam ser remetidos a autoridade superior do delegante ou de natureza pessoal. Assim, toda a delegação de competência deverá ser formalizada em documento próprio do órgão, no qual se defina com precisão o que e a quem deve ser delegado, publicando-se, sempre que possível, o ato em boletim interno.
 - (B) somente a Oficiais Superiores subordinados. No entanto, não será objeto de delegação de competência a expedição de documentos relativos a assuntos doutrinários, de política do órgão, de justiça e disciplina e outros que impliquem tomada de posição ou decisão, bem como os que devam ser remetidos a autoridade superior do delegante ou de natureza secreta. Para isso, não será necessária a formalização em documento próprio do órgão, no qual se defina com precisão o que e a quem deve ser delegado, bastando somente despacho motivado da autoridade que delegou.
 - (C) a Praças subordinados. No entanto, não será objeto de delegação de competência a expedição de documentos relativos a assuntos doutrinários, de política do órgão, de justiça e disciplina e outros que impliquem tomada de posição ou decisão, bem como os que devam ser remetidos a autoridade superior do delegante ou de natureza reservada. Assim, toda a delegação de competência deverá ser formalizada em documento próprio do órgão, no qual se defina com precisão o que e a quem deve ser delegado, publicando-se, sempre que possível, o ato em boletim interno.
 - (D) a Oficiais subordinados. No entanto, não será objeto de delegação de competência a expedição de documentos relativos a assuntos doutrinários, de política do órgão, de justiça e disciplina e outros que impliquem tomada de posição ou decisão, bem como os que devam ser remetidos a autoridade superior do delegante ou de natureza pessoal. Assim, toda a delegação de competência deverá ser formalizada em documento próprio do órgão, no qual se defina com precisão o que e a quem deve ser delegado, publicando-se, sempre que possível, o ato em boletim interno.
 - (E) somente a Oficiais Subalternos. No entanto, será objeto de delegação de competência a expedição de documentos relativos a assuntos doutrinários, de política do órgão, de justiça e disciplina e outros que impliquem tomada de posição ou decisão, bem como os que devam ser remetidos a autoridade superior do delegante ou de natureza pessoal. Assim, toda a delegação de competência deverá ser formalizada em documento próprio do órgão, no qual se defina com precisão o que e a quem deve ser delegado, publicando-se, sempre que possível, o ato em boletim interno.
- 85.** Segundo o § 3º do artigo 75 das I-16-PM – Instruções do Processo Administrativo da Polícia Militar –, no caso de responsabilidade disciplinar apurada ao final da sindicância, a conduta a ser adotada pelo Presidente da sindicância deve ser descrever a conduta passível de sanção
- (A) e encaminhar os autos à autoridade competente.
 - (B) e encaminhar os autos ao sindicato para que ofereça a sua defesa prévia, garantindo assim o princípio da ampla defesa e do contraditório.
 - (C) e encaminhar os autos ao Corregedor PM.
 - (D) e encaminhar os autos ao Diretor de Pessoal para iniciar-se a apuração necessária.
 - (E) aplicar a punição devida utilização da dosimetria conferida pelo Regulamento Disciplinar e, após, encaminhar os autos à autoridade competente apenas para conhecimento e registro no assentamento individual.
- 86.** O artigo 19 da I-24-PM – Instruções do Sistema de Avaliação de Desempenho dos Integrantes da Polícia Militar – define que, para efeito de avaliação, os policiais militares sejam distribuídos em
- (A) três níveis de avaliação denominados: GERENCIAL I (Cel PM, Ten Cel PM e Maj PM, Cap PM, 1º Ten PM, 2º Ten PM e Asp PM); SUPERVISÃO (Subten PM, 1º Sgt PM, 2º Sgt PM e 3º Sgt PM) e OPERACIONAL (Cb PM e Sd PM).
 - (B) quatro níveis de avaliação denominados: GERENCIAL I (Cel PM, Ten Cel PM e Maj PM); GERENCIAL II (Cap PM, 1º Ten PM, 2º Ten PM e Asp PM); SUPERVISÃO (Subten PM, 1º Sgt PM, 2º Sgt PM e 3º Sgt PM) e OPERACIONAL (Cb PM e Sd PM).
 - (C) quatro níveis de avaliação denominados: GERENCIAL I (Cel PM, Ten Cel PM, Maj PM e Cap PM); GERENCIAL II (1º Ten PM, 2º Ten PM e Asp PM); SUPERVISÃO (Subten PM, 1º Sgt PM, 2º Sgt PM) e OPERACIONAL (3º Sgt PM, Cb PM e Sd PM).
 - (D) quatro níveis de avaliação denominados: GERENCIAL I (Cel PM, Ten Cel PM e Maj PM); GERENCIAL II (Cap PM, 1º Ten PM, 2º Ten PM); SUPERVISÃO (Asp PM, Subten PM, 1º Sgt PM, 2º Sgt PM) e OPERACIONAL (3º Sgt PM, Cb PM e Sd PM).
 - (E) quatro níveis de avaliação denominados: GERENCIAL I (Cel PM e Ten Cel PM); GERENCIAL II (Maj PM, Cap PM, 1º Ten PM, 2º Ten PM, Asp PM e Subten PM); SUPERVISÃO (1º Sgt PM, 2º Sgt PM) e OPERACIONAL (3º Sgt PM, Cb PM e Sd PM).

87. Segundo o artigo 3º da Portaria do CMT G nº PM1-001/02/10, que dispõe sobre o registro e o porte de arma de fogo na Polícia Militar e dá outras providências, são armas de uso permitido as armas de fogo curtas, de repetição ou semiautomáticas, cuja munição seja dos calibres
- (A) .22 LR, .25 Auto, .32 Auto, .32 S&W, .38 SPL e .380 Auto; as armas de fogo de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas, calibre 12 ou inferior, com comprimento de cano igual ou maior do que 24 (vinte e quatro) polegadas ou 610 (seiscentos e dez) milímetros; as de menor calibre, com qualquer comprimento de cano, e suas munições de uso permitido; e as armas para uso industrial ou que utilizem projéteis anestésicos para uso veterinário.
 - (B) .22 LR, .25 Auto, .32 Auto, .32 S&W, .38 SPL e .380 Auto; as armas de fogo de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas, calibre 12 ou inferior, com comprimento de cano igual ou maior do que 24 (vinte e quatro) polegadas ou 610 (seiscentos e dez) milímetros; as de menor calibre, com qualquer comprimento de cano; e armas, munições, acessórios e equipamentos que, não sendo iguais ou similares ao material bélico usado pelas Forças Armadas nacionais, possuam características que só as tornem aptas para emprego militar ou policial.
 - (C) .357 Magnum, .9 Luger, .38 Super Auto, .40 S&W, .44 SPL, .44 Magnum, .45 Colt e .45 Auto; as armas de fogo de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas, calibre 12 ou inferior, com comprimento de cano igual ou maior do que 24 (vinte e quatro) polegadas ou 610 (seiscentos e dez) milímetros, as de menor calibre, com qualquer comprimento de cano; e armas, munições, acessórios e equipamentos que, não sendo iguais ou similares ao material bélico usado pelas Forças Armadas nacionais, possuam características que só as tornem aptas para emprego militar ou policial.
 - (D) .22 LR, .25 Auto, .32 Auto, .32 S&W, .38 SPL e .380 Auto; as armas de fogo de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas; as armas de fogo de alma lisa de calibre superior ao 12 e suas munições; as de menor calibre, com qualquer comprimento de cano, e suas munições de uso permitido; e as armas para uso industrial ou que utilizem projéteis anestésicos para uso veterinário.
 - (E) .22 LR, .25 Auto, .32 Auto, .32 S&W, .38 SPL e .380 Auto; as armas de fogo de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas, calibre 12 ou inferior, com comprimento de cano igual ou maior do que 24 (vinte e quatro) polegadas ou 610 (seiscentos e dez) milímetros, as de menor calibre, com qualquer comprimento de cano, e suas munições de uso permitido; e as armas a ar comprimido, simulacro do fuzil 7,62mm, M964, FAL.
88. O artigo 6º da Portaria do CMT G nº PM1-001/02/10 define que as armas de fogo adquiridas pela PMESP devem ser registradas na
- (A) Diretoria de Finanças e Patrimônio (DFP), que manterá o controle desses registros em caráter permanente. As quantidades e tipos de armamentos, de coletes balísticos e de munições a serem adquiridos pela PMESP, para sua utilização, serão previamente definidos pelo EM/PM.
 - (B) Diretoria de Finanças e Patrimônio (DFP), que manterá o controle desses registros em caráter permanente. As quantidades e tipos de armamentos, de coletes balísticos e de munições a serem adquiridos pela PMESP, para sua utilização, serão previamente definidos pelo Centro de Suprimento e Manutenção de Armamento e Munição (CSM/AM).
 - (C) Diretoria de Logística (DL), que manterá o controle desses registros em caráter permanente. As quantidades e tipos de armamentos, de coletes balísticos e de munições a serem adquiridos pela PMESP, para sua utilização, serão previamente definidos pelo EM/PM.
 - (D) 4ª EM/PM, que manterá o controle desses registros em caráter permanente. As quantidades e tipos de armamentos, de coletes balísticos e de munições a serem adquiridos pela PMESP, para sua utilização, serão previamente definidos pelo Centro de Suprimento e Manutenção de Armamento e Munição (CSM/AM).
 - (E) Diretoria de Telemática (DTel), que manterá o controle desses registros em caráter permanente. As quantidades e tipos de armamentos, de coletes balísticos e de munições a serem adquiridos pela PMESP, para sua utilização, serão previamente definidos pelo Centro de Suprimento e Manutenção de Armamento e Munição (CSM/AM).

89. Segundo o artigo 4º da Lei Complementar nº 893, de 9 de março de 2001, que institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, os quesitos utilizados para definição da antiguidade entre militares de Estado quando em igualdade de posto ou graduação são:

- (A) data da última prova física para admissão; prevalência sucessiva dos graus hierárquicos anteriores; classificação no curso de formação ou habilitação; data de nomeação ou admissão de serviço público anterior em qualquer órgão do Estado.
- (B) data da última promoção; prevalência sucessiva dos graus hierárquicos anteriores; data da formatura no último curso de formação no ensino médio em escola do Estado ou particular.
- (C) data da última promoção; prevalência sucessiva dos graus hierárquicos anteriores; classificação no curso de formação ou habilitação; data de nomeação ou admissão; maior idade.
- (D) data da última promoção; prevalência sucessiva dos graus hierárquicos anteriores; classificação no curso de formação ou habilitação; data em que fez a inscrição para o serviço público; maior idade.
- (E) data da última promoção; prevalência sucessiva dos graus hierárquicos anteriores; classificação no curso de formação ou habilitação; data em que fez a inscrição para o serviço público; data da prova para o ingresso no serviço público estadual.

90. De acordo com o artigo 7º a Lei Complementar nº 893, os valores fundamentais, determinantes da moral policial-militar, são

- (A) 9 (nove), a saber: o patriotismo; o civismo; a hierarquia; a disciplina; o profissionalismo; a lealdade; a honra; a dignidade humana e a honestidade.
- (B) 7 (sete), a saber: o patriotismo, o civismo; a hierarquia; a disciplina; a lealdade; a verdade real e a honestidade.
- (C) 11 (doze), a saber: o patriotismo; o pundonor, o civismo; a hierarquia; a disciplina; o profissionalismo; a lealdade; a verdade real; a honra; a dignidade humana e a honestidade.
- (D) 12 (doze), a saber: o caráter; o civismo; a hierarquia; a disciplina; o profissionalismo; a fibra; a constância; a verdade real; a honra; a dignidade humana, a prudência e a honestidade.
- (E) 12 (doze), a saber: o patriotismo; o civismo; a hierarquia; a disciplina; o profissionalismo; a lealdade; a constância; a verdade real; a honra; a dignidade humana; a honestidade e a coragem.

PCI Concursos